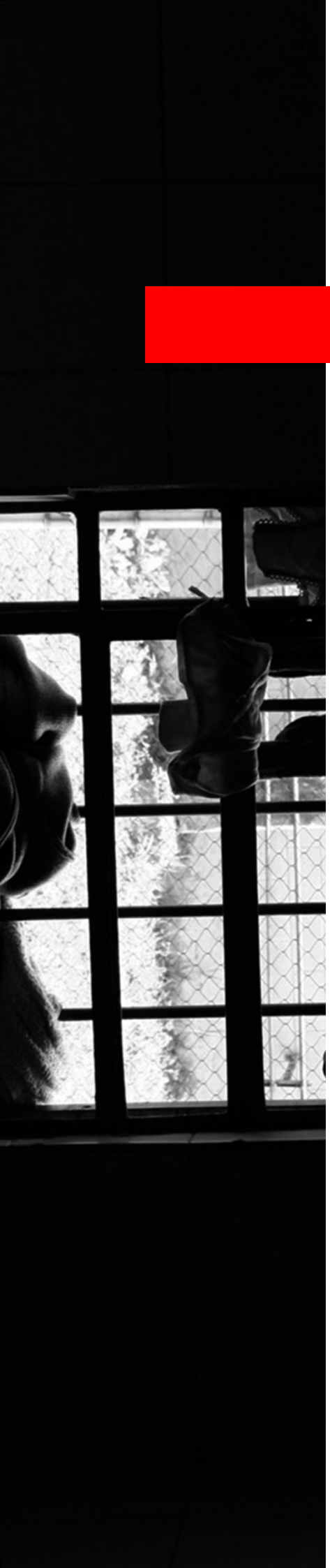
Relatório de atividades 2018

ITTC
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania



SOBRE NÓS

O **Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC** é uma organização de Direitos Humanos sediada em São Paulo, que há 20 anos atua na esfera da justiça criminal visando erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.

O ITTC se configura em dois programas: "Justiça Sem Muros" e "Direitos e Gênero", que juntos compõem a missão da organização ao **promover o acesso à justiça, garantir os direitos das pessoas presas e produzir conhecimento**. Para atingir esses objetivos, os programas do Instituto atuam nos seguintes eixos de ação: atendimento direto, diálogo público (advocacy e comunicação) e educação para a cidadania.

O Instituto possui título de utilidade pública municipal e estadual; certificado de isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação); inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, como organização que realiza defesa, garantia de direitos e assessoria; e certificado de reconhecimento de entidade promotora de Direitos Humanos, emitido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

NOSSA HISTÓRIA

Desde a fundação do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em 1997, a organização se dedica à garantia dos direitos humanos e tornou-se uma referência sobre sistema de justiça criminal e, principalmente, encarceramento feminino. Sempre atento à realidade do cárcere, o ITTC prioriza projetos e intervenções dentro das unidades prisionais e em contato direto com as pessoas privadas de liberdade, contribuindo - a partir desta perspectiva - para a promoção de políticas públicas garantidoras de direitos.

Já nas primeiras ações do Instituto, o recorte de gênero se mostrou significativo, uma questão que precisava, e ainda precisa, de atenção. As demandas das mulheres em conflito com a lei, em especial as estrangeiras, revelaram ser urgente a necessidade de promover políticas públicas voltadas a elas. Por essa razão, as desigualdades de gênero têm sido um norte para o ITTC.

PARCERIAS E REDES DE TRABALHO

Consulado da Tailândia

Defensoria Pública da União

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos

Instituto Betty e Jacob Lafer

Instituto das Irmãs de Santa Cruz

Oak Foundation

Open Society Foundations

Sigrid Rausing Trust

Pastoral Carcerária

Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD)

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP)

Rede Justiça Criminal (RJC)

Associação pela Reforma Prisional (ARP)

Conectas Direitos Humanos

Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)

Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

Instituto Sou da Paz

Justiça Global

Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)

International Drug Policy Consortium (IDPC)

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Defensoria Pública da União (DPU)

Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)

Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado

Washington Office on Latin America (WOLA)

COMUNICAÇÃO

A frente de comunicação do ITTC tem contribuído para consolidar a organização como referência nos temas de encarceramento, em especial o feminino. As ações para a disseminação do conhecimento produzido pelo ITTC foram de suma importância em 2018 - que por ter sido um ano eleitoral, as pautas de segurança pública ganharam destaque nos debates - foi marcado pela "super difusão" de informações e das redes sociais como protagonistas dessa veiculação.

Nesse sentido, a comunicação do ITTC, em 2018, focou em aumentar sua presença nas mídias sociais, diversificando os formatos das ações e criando novas estratégias de atuação.

Em 2017, o ITTC consolidou parceria com o programa do Google para organizações sem fins lucrativos. A partir disso, foi possível aumentar consideravelmente o alcance das produções do ITTC pelo uso de ferramentas de SEO e pela veiculação de anúncios via Google Ads.

No último ano, a mudança na política de gerenciamento para organizações beneficiadas exigiu um período de experiência e testes na programação de anúncios, que foram normalizados a partir do mês de outubro.

De janeiro a dezembro, o site do ITTC recebeu cerca de 18 mil acessos originados de anúncios do Google Ads. Os anúncios direcionados para a página "Nossa História" e para o podcast "Direto ao Ponto - Eleições 2018" obtiveram maior número de cliques: aproximadamente 5 mil e 4 mil, respectivamente. Dentre outras campanhas de destaque realizadas na plataforma, está o anúncio do texto "ITTC Explica: Direitos Humanos" e a versão em inglês da página "Nossa História", ambos com cerca de 2 mil cliques.

O hotsite do ITTC "MulhereSemPrisão", que contém informações sobre mulheres encarceradas, teve 11.915 visualizações no ano de 2018. A página com maior número de acessos é a "Alternativas à prisão", seguida por "Quem são essas mulheres?" e "Depoimentos".

O público que acessa o hotsite "MulhereSemPrisão" é composto por 75.9% de mulheres e 24.1% de homens em sua maioria com faixa etária entre 18 e 34 anos. Apesar do grande volume de acessos serem de visitantes residentes no Brasil, há registros de acessos em países como França, Portugal e EUA.

O hotsite também possui uma "chamada para a ação", que consiste em convidar quem se sensibilizou pelo tema a cobrar da presidência da república o decreto de indulto para mulheres presas por tráfico de drogas. Desde o lançamento do site, em 2016, foram enviadas 353 petições.

SITE INSTITUCIONAL

O público que acessa o site é composto por 68% de mulheres e 32% de homens e, mais uma vez, com faixa etária entre 18 e 34 anos. Apesar do grande volume de acessos serem de visitantes residentes no Brasil, há registros de acessos em países como EUA, Canadá e Portugal.

Fazem parte das atividades de rotina da equipe de comunicação a produção e edição de artigos para o blog institucional, alimentação das redes sociais, assessoria de imprensa e cobertura de eventos, além do apoio às equipes de projetos na elaboração de produtos.

2018	105.724 acessos no ano 8.810 acessos por mês 90 textos publicados
2017	65.802 acessos no ano 5.484 acessos por mês 122 textos publicados
Publicações	Notas: 6 ITTC Explica: 8 ITTC Entrevista: 3 ITTC Analisa: 5 ITTC Recomenda: 11

NEWSLETTER

Em média, **3000 pessoas receberam nossos boletins mensalmente**. Além disso, a cada edição, cerca de 425 pessoas abriram o e-mail.

2018: 3000 pessoas / 425 conversões por mês

Apesar do número total não ter mudado consideravelmente em relação ao ano anterior, a taxa de conversão, que calcula a interação das pessoas que abriram os boletins com os links enviados, passou de 12,5% em 2017 para 18% em 2018.

O ITTC também estreou em 2018 o boletim interno, uma newsletter voltada à equipe, que compila materiais interessantes sobre os temas trabalhados na organização e tem como objetivo a maior integração das ações desenvolvidas pelas equipes, como eventos e reuniões.

A exemplo do boletim interno, que recebeu diversos feedbacks positivos, no mês de outubro, a comunicação reestruturou o layout da newsletter externa, modernizando a aparência a fim de organizar o conteúdo de maneira mais dinâmica, também se utilizando de linguagem mais informal, para atingir um público maior.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O ITTC teve 180 menções na mídia em 2018, com destaque para a presença em veículos de grande alcance: na TV, com o Jornal Nacional; em impressos, como o Estadão e a Folha de S. Paulo; e com destaque para entrevista concedida à Rádio França Internacional - RFI. Além disso, por conta de uma relação já consolidada com alguns veículos, o ITTC manteve uma presença constante na TV dos Trabalhadores - TVT, na Ponte Jornalismo e no Portal Justificando, com o qual formalizou uma coluna mensal de tema livre.

Os principais assuntos pelos quais a organização foi procurada foram o HC coletivo nº 143.641 concedido pelo Supremo Tribunal Federal para mulheres grávidas e mães de crianças menores de 12 anos, o Infopen Mulheres 2018 e as eleições.

PODCAST

Em relação às eleições, como já era previsto o aumento na procura do posicionamento do ITTC quanto às propostas de governo, principalmente na esfera federal, o ITTC lançou o podcast "Direto ao Ponto: eleições 2018" em parceria com a Ponte Jornalismo. Essa campanha fez parte dos esforços da equipe em diversificar os formatos das ações, sempre tendo como objetivo alcançar cada vez mais pessoas.

No podcast, integrantes da equipe se juntaram à Maria Teresa Cruz, jornalista da Ponte, para analisar os programas de governo dos principais candidatos e candidatas à presidência da República, tendo como eixos de análise propostas sobre direitos humanos e segurança pública.

No mês de outubro, os podcasts, divididos em 9 episódios, foram reproduzidos mais de 950 vezes e alcançaram cerca de 40 mil pessoas nas redes sociais.

FACEBOOK

Em dezembro de 2018, a página do Facebook do ITTC contava com 12.225 curtidas, um aumento de 10% desde o final do ano anterior.

As lives no Facebook, uma estratégia bem-sucedida que o ITTC iniciou em 2017, tiveram continuidade no ano de 2018. A primeira delas, em abril, contou com a participação da pesquisadora Dina Alves para falar sobre um dos temas da Agenda Municipal para a Justiça Criminal: "Mulheres em conflito com a lei: o que o município tem a ver com isso?". O vídeo alcançou 2.341 pessoas e teve quase mil visualizações.

Em maio, o ITTC participou de uma live com as Católicas pelo Direito de Decidir sobre encarceramento feminino. O programa, chamado "Café com Luta", teve mais de mil visualizações.

As políticas de alcance e distribuição das publicações do Facebook têm diminuído bastante o potencial do ITTC em atingir novos públicos de maneira orgânica, ficando constantemente restritas a apenas uma parte de quem já curte a página. Em 2018, o ITTC patrocinou algumas postagens de forma estratégica, porém, o investimento contínuo de publicações nessa rede social tem se mostrado cada vez mais inevitável.

TWITTER

As ações no Twitter continuaram a crescer. No final de 2018, a conta já possuía 560 seguidores, um aumento de 84% em relação a 2017 e 428% desde 2016, quando as ações estratégicas começaram.

INSTAGRAM

Visando à diversificação dos canais de comunicação, o ITTC criou em junho um perfil no Instagram para divulgar as ações dos projetos e os conteúdos produzidos pelo Instituto. Em dezembro de 2018, o perfil já contava com 1015 seguidores.

YOUTUBE

A comunicação de pautas complexas por meio de vídeos também foi foco das ações do ITTC, a produção de coteúdos neste formato e participação em canais de grande alcance e com foco em diferentes públicos ganhou destaque no plano de comunicação em 2018.

Em fevereiro, a integrante do Projeto Migrantes Egressas, Viviane Balbuglio, participou do programa "Por que Feminista?", do canal TV 247, para falar sobre segurança pública e mulheres ao lado da agora deputada estadual pelo PSOL, Isa Penna. O canal possuía 283 mil pessoas inscritas e o vídeo teve 1.185 visualizações.

Em maio, Raissa Belintani, integrante do Programa Justiça Sem Muros, participou de um vídeo no canal Jout Jout Prazer para falar sobre segurança pública. O vídeo teve mais de 200 mil visualizações na época e hoje conta com mais de 374 mil.

Já em agosto, por conta da aproximação das eleições, a também integrante do Programa Justiça Sem Muros, Maria Clara D'Ávila, participou do canal QuatroV para falar sobre a campanha #EleiçõesSemTruque da Rede Justiça Criminal, da qual o ITTC faz parte. O canal possuía mais de 5 mil pessoas inscritas e o vídeo teve 50 visualizações.

Também para falar sobre a campanha, Mariana Boujikian, outra integrante do Programa Justiça Sem Muros, lançou um vídeo no canal no Portal Justificando, que possuía 69 mil pessoas inscritas. O vídeo teve mais de 6 mil visualizações.

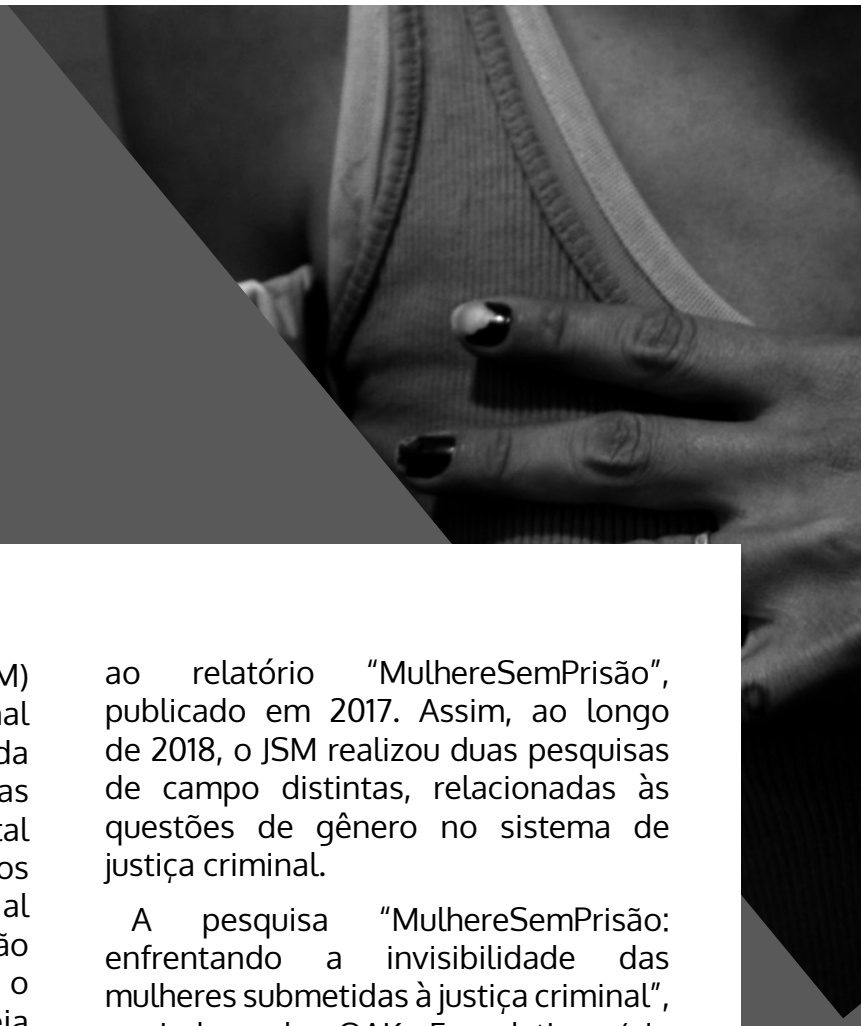
Em outubro, tendo em vista o segundo turno das eleições, o ITTC se posicionou sobre assuntos caros para a Instituição, como a demarcação de terras e migração, por meio de um vídeo lançado no Youtube e no Facebook. Ao todo, foram mais de 5 mil visualizações.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em maio de 2018 foi estruturada uma área de mobilização de recursos, com objetivo de assegurar condições de sustentabilidade e ampliação do trabalho realizado pela Instituição, por meio da elaboração de estratégias e implementação de ações para diversificação das fontes de receitas da organização.

A mobilização dos recursos do ITTC desde o início de sua atuação se centrou na busca de recursos internacionais e nacionais via editais e/ou parcerias. Atualmente novas ações de mobilização de doações de pessoa física e pessoa jurídica estão sendo implementadas para incrementar os esforços de luta e defesa dos direitos humanos, para assim alcançar a missão do Instituto.

PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS



O Programa Justiça Sem Muros (JSM) defende a redução do sistema prisional e busca expandir a participação da sociedade civil nas políticas públicas para conter a intervenção estatal abusiva e repressiva sobre grupos socialmente vulneráveis. Com especial atenção às mulheres em situação de prisão, o Programa monitora o sistema de justiça criminal, mapeia os movimentos legislativos que impactam os direitos no cárcere e produz pesquisas e informações para fomentar o debate em prol da redução do encarceramento feminino no Brasil.

O JSM organiza-se em dois eixos de atuação: **pesquisa** e **advocacy** (diálogo público e incidência política). Para tanto, o Programa atua em rede com organizações da sociedade civil – organizações sociais, coletivos, academia, mídia e público interessado – para mobilizar os atores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em prol de mudanças institucionais no sistema de justiça.

Com relação à produção de conhecimento, atualmente o programa está centrado na continuidade ao relatório "MulhereSemPrisão", publicado em 2017. Assim, ao longo de 2018, o JSM realizou duas pesquisas de campo distintas, relacionadas às questões de gênero no sistema de justiça criminal.

A pesquisa "MulhereSemPrisão: enfrentando a invisibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal", apoiada pela OAK Foundation (via Fundo Brasil de Direitos Humanos), teve como foco o acompanhamento das audiências de custódia de mulheres, identificando de que forma as questões de gênero são mobilizadas pelos atores institucionais para aplicação de dispositivos desencarceradores.

Já a pesquisa "Diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres", buscou identificar os principais obstáculos e potencialidades dos dispositivos desencarceradores dessa legislação. Uma pesquisa desafiadora, visto que a lei não tinha sequer 2 anos de implementação.

PROJETO AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Advocacy e articulações

Agenda Municipal para Justiça Criminal

- Continuidade das negociações para aprovação do Projeto de Lei (PL) 537/2017: reuniões com mandatos do vereador Eduardo Suplicy, e das vereadoras Sâmia Bomfim, Patricia Bezerra e Soninha Francine (algumas em parceria com a equipe Projeto Migrantes Egressas - PME);
- Realização de live e escrita de texto para o blog, com o objetivo de lançar os vídeos da agenda e divulgar seu conteúdo;
- Formulação e envio de pedidos de informações objetivando mapear o percurso do uso de drogas no município de São Paulo, com enfoque nas apreensões pela GCM e pela PM, nos atendimentos efetuados pelos programas municipais (Braços Abertos e Redenção) e nos encaminhamentos a serviços públicos de saúde; organização das respostas correspondentes aos pedidos de informações encaminhados, visando sistematizar as informações e mapear a atuação do poder público (Parceria com a equipe do Projeto Gênero e Drogas - PGD).

Ações em redes (parcerias Pastoral Carcerária, NESC, IBCCRIM, AMPARAR, entre outras)

- Construção e participação da campanha "Chega de massacres: por um mundo sem cárceres" (reuniões de planejamento, elaboração de materiais, participação nas ações e vigília);
- Articulações sobre o GIR e participação em Audiência Pública "GIR: articulando resistências";
- Participação em Audiência Pública sobre mulheres encarceradas na Câmara Municipal de São Paulo;
- Organização e participação do Seminário "Prevenção e Combate à Tortura na Atualidade";
- Participação em articulações sobre a construção de Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura;
- Contribuições para o indulto 2018.

Litigância Estratégica

- Redação de amicus curiae no HC coletivo 143.641 para mães presas; acompanhamento da aplicação da decisão do STF e seus andamentos;
- Acompanhamento do cumprimento da decisão do HC Coletivo no âmbito do sistema socioeducativo: elaboração de pedidos, com base na Lei de Acesso à Informação, aos estados, bem como elaboração e envio de ofício a Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude - Abraminj (parceria com Instituto Alana);
- Elaboração de nova manifestação no HC Coletivo 143.641 (parceria com o IBCCRIM, a Pastoral Carcerária e com todas equipes do ITTC);

- Elaboração, em parceria com o Instituto Pro Bono, de amicus curiae e de outras peças processuais apresentadas em ação judicial em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, além da elaboração de nota conjunta (Instituto Pro Bono, Pastoral Carcerária, Conectas Direitos Humanos e ITTC) sobre os andamentos do caso;
- Elaboração, a pedido do Instituto Pro Bono, de "parecer técnico" sobre hipóteses de revista vexatória em abordagens policiais;
- Colaboração na elaboração de duas manifestações sobre revista vexatória e uma sobre a intervenção federal militar no Rio de Janeiro, apresentadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH);
- Colaboração em pedidos de audiência temática para o 170º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, sobre revista vexatória e sobre a intervenção federal militar no Rio de Janeiro.

Rede Justiça Criminal (RJC)

- Participação na reunião de planejamento de 2018, reuniões mensais (via skype) e trimestrais (presenciais);
- Participação na Audiência Pública "Perspectivas de políticas contra o encarceramento no Brasil", realizada na Câmara dos Deputados;
- Construção da campanha "Encarceramento em massa é justiça?" no SESC 24 de maio (participação de reuniões, revisão de produtos, etc.); e participação nos eventos (parceria com equipe de Comunicação);
- Construção da campanha "Eleições sem Truque"; revisão de produtos e textos, produção de vídeos e textos de divulgação da campanha (parceria com equipe de Comunicação);
- GT Drogas: o ITTC teve atuação importante para encabeçar questões relacionadas à política de drogas no âmbito da RJC. No ano de 2018, a equipe foi responsável por: demandar e contribuir para a elaboração de posicionamento institucional da RJC em relação à reforma na política de drogas, levar demandas para a RJC (como a Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados, que está redigindo projeto que altera a lei de drogas), entre outros. A equipe também foi responsável por realizar formação sobre política de drogas no âmbito do ITTC, em parceria com o CESeC. A equipe também contou com a parceria da equipe do PGD para a realização desse acompanhamento;
- GT Gênero: além do trabalho de acompanhamento da RJC, o papel da equipe tem sido de encabeçar a atuação em projetos e temas relacionados à discriminação de gênero no sistema de justiça criminal. No ano de 2018, a equipe concentrou seu foco de atuação nas seguintes proposições legislativas:
    - PL 8045/2010 (Novo Código de Processo Penal): o projeto previa inclusão da suspensão do poder familiar no rol das cautelares. Foi elaborada nota técnica e articulação com gabinete do deputado João Campos para excluir essa previsão. O projeto ainda está em tramitação.
    - PLS 64/2018-PL 10.269/2018 (prisão domiciliar e nova progressão para mães e gestantes): elaboração de nota técnica, elaboração de ofício e elaboração de nota técnica para sugestão de veto parcial ao projeto aprovado. Em 19 de dezembro de 2018, o PL foi sancionado e transformado na Lei 13.769/2018.

- PLS 43/2018 (filhos de pessoas em privação de liberdade): elaboração de proposta de substitutivo ao projeto e justificativa, no intuito de ampliar as hipóteses de prisão domiciliar à execução de pena, abranger meninas mães e gestantes no socioeducativo (parceria Instituto Alana e GAJOP), ampliar produção de dados, monitoramento do cumprimento, etc. Foram feitas articulações e reunião com gabinetes do Senador Telmário Mota (relator do projeto na CDH) e com a Senadora Regina Souza.
- PL 7764/2015 (revista vexatória): elaboração de nota técnica sobre dois substitutivos apresentados ao projeto em comissões na Câmara dos Deputados.

- Acompanhamento de demais projetos de lei, revisão e elaboração de manifestações e notas técnicas. Alguns exemplos de outras pautas que foram acompanhadas ao longo do ano de 2018:
  - Novo Código de Processo Penal - PL 8045/2010 (foco em audiências de custódia);
  - PLS 272/2016 (lei antiterrorismo);
  - PL do Ministro Alexandre de Moraes – PL 10372/18 (combate ao crime organizado);
  - Reforma do CPP – PL 8042/10;
  - Audiência de custódia no socioeducativo – PL 7908/17;
  - Criminalização dos movimentos sociais – PL 1572/07;
  - Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) - PLC 19/18;
  - Ressarcimento ao Estado – PLS 580/15;
  - Construção de Oficina de Incidência no Congresso Nacional.

Outras iniciativas

- Inscrição para participação no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT (ainda sem resposta);
- Oficina para o Instituto Pro Bono sobre gênero e audiência de custódia;

Pesquisa: "MulhereSemPrisão: enfrentando a invisibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal"

- Acompanhamento de audiências de custódia de 214 mulheres em Osasco e na Barra Funda, com análise dos autos de cada prisão em flagrante acompanhada;
- Abastecimento do banco de dados com as informações recolhidas no campo;
- Elaboração de roteiros de entrevistas para os atores institucionais, e realização de 18 entrevistas;
- Transcrição e análise das entrevistas;
- Pedidos de cruzamentos dos dados com o estatístico para análise de variáveis;
- Escrita do relatório a partir do trabalho de campo;
- Divulgação parcial dos resultados da pesquisa em eventos acadêmicos (ASBRAD e EPED), bem como em textos para o blog;
- Elaboração da primeira versão do relatório entregue no dia 21 de dezembro.

PROJETO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Pesquisa "Diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres"

- Elaboração de formulário e realização de pesquisa em campo com 201 audiências acompanhadas no Fórum da Barra Funda, abastecimento de banco de dados;
- Realização de pesquisa de jurisprudência nos tribunais superiores;
- Elaboração de formulário a ser aplicado na análise das decisões judiciais;
- Coleta de dados sobre a política Mães em Cárcere;
- Construção da amostra de decisões dos Tribunais Superiores (200 decisões);
- Tabulação das decisões dos Tribunais Superiores;
- Elaboração do formulário para construção do terceiro banco de dados (Análise processual/dados defensoria Pública) e início de seu abastecimento com os dados;
- Pedidos de cruzamentos dos dados com o estatístico para análise de variáveis;
- Início da redação do relatório referente à primeira etapa das audiências de custódia;
- Revisão e finalização dos dados do banco sobre as audiências de custódia;
- Apresentação de artigo sobre a pesquisa no IV Seminário Internacional de Pesquisa em Prisões no Mato Grosso do Sul com resultados preliminares da primeira etapa da pesquisa;
- Revisão dos dados do banco sobre as decisões dos Tribunais Superiores;
- Redação do primeiro artigo, de uma série de 3 artigos para o blog, sobre a primeira etapa da pesquisa, referente às audiências de custódia;
- Colaboração na redação do texto do "ITTC explica" sobre Direitos Humanos.

Advocacy e articulações

- Reunião Rede das Marés, reunião com Amparar; colaboração na manifestação do HC Coletivo do STF;
- Realização de oficina sobre a defesa de mulheres na audiência de custódia, ministradas em parceria com o Instituto Pro Bono;
- Participação na audiência pública sobre dados do Programa Mães no Cárcere e redação de artigo para o blog sobre as informações publicizadas pela Defensoria Pública na ocasião;
- Participação da pesquisadora Irene Maestro Guimarães na mesa "Segurança Pública: violência policial, o abuso de poder e o encarceramento em massa da juventude" do Seminário de Políticas Públicas para a Juventude - necropolitica e perspectivas para o enfrentamento do genocídio (evento realizado em parceria do Fórum do Hip Hop, Grupo de Pesquisa em Psicanálise, Juventude e Interdisciplinaridade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

PRINCIPAIS PRODUÇÕES DO PROGRAMA JUSTIÇA SEM MUROS

- Dois relatórios a serem publicados com os resultados das pesquisas feitas nas audiências de custódia;
- 2 vídeos para o Youtube (em parceria com o canal da Jout Jout e com o Justificando);
- 16 textos publicados (12 para o site do ITTC; 4 publicados em outros veículos midiáticos);
- 19 concessões de entrevista para TVs, jornais, rádios e revistas;
- 5 participações em mesas;
- 2 participações como mesa em audiências públicas;
- 1 oficina ministrada sobre audiências de custódia;
- Dois ingressos em ações como amicus curiae;
- Participação na gravação de 4 podcasts em parceria com a Ponte Jornalismo.

PROGRAMA DIREITOS E GÊNERO

O programa Direitos e Gênero foi criado em 2015 com a finalidade de articular e fortalecer as diversas intervenções e projetos realizados pelo ITTC com foco principal no acesso à justiça a todas as pessoas em conflito com a lei – com destaque para a promoção dos direitos das mulheres presas.

A erradicação da desigualdade de gênero é uma necessidade também nos sistemas prisional e de justiça, que reproduzem e acirram violências e discriminações, reforçando papéis e estereótipos na maioria das vezes. O encarceramento feminino em massa é uma realidade mundial e também afeta famílias, comunidades e sociedades como um todo.

O ITTC historicamente priorizou intervenções que debatessem e chamassem a atenção para a necessidade de reconhecimento de direitos, promovendo os meios para garantir o seu exercício. Este é o caso de ações de asssistência jurídica a presos e presas provisórios, da participação no movimento que criou a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da longa atuação junto às mulheres estrangeiras encarceradas no estado. O ITTC advoga a criação de defensorias públicas independentes e atentas às demandas da sociedade civil. Ainda com o foco de ampliar o acesso à justiça, o ITTC procura também assessorar outras organizações parceiras, conselhos, ouvidorias e movimentos sociais.

PROJETO GÊNERO E DROGAS

O Projeto Gênero e Drogas (PGD) começou em 2015 com o intuito de interseccionar duas frentes de atuação no ITTC dentro do tema de encarceramento e do sistema de justiça criminal: as questões de gênero e a política de drogas, causa da maioria das prisões de mulheres no Brasil.

O projeto possui três eixos principais de atividades, sendo o primeiro deles o levantamento de informações, legislações, políticas públicas e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas ao encarceramento feminino e às políticas de drogas. O segundo eixo visa desenvolver materiais de comunicação sobre a necessidade de redução do encarceramento de mulheres e da revisão de paradigmas de políticas de drogas focadas apenas no viés punitivo. Já o terceiro eixo tem como objetivo implementar estratégias de advocacy que incidam sobre a revisão da política de drogas adotada pelo Brasil e promovam políticas públicas sociais com recorte de gênero e viés alternativo ao punitivista.

No desenvolvimento do projeto, uma das principais produções foi o Infográfico Virtual "**Política de Drogas e Encarceramento: um panorama América - Europa**". O infográfico é resultado de um levantamento de dados sobre as legislações de drogas em 36 países das Américas e da Europa, com um recorte detalhado para 22 países que apresentaram um aumento do encarceramento, a partir da adoção de políticas tolerantes com o uso de drogas.

Outro importante material produzido pelo PGD foi o Glossário "Tipos de política de drogas", que constitui uma importante ferramenta para trabalhar os termos técnicos que regem a política de drogas no Brasil e no mundo.

Oficina no Sesc 24 de Maio - São Paulo

Em 2017, o PGD lançou a animação intitulada "A política de drogas é uma questão de mulheres", que ilustra 9 trajetórias de mulheres marcadas pela política de drogas e pelo sistema de justiça criminal. O lançamento do vídeo contou com a presença de mais de 100 pessoas, entre elas ativistas de diversas entidades que discutem a política de drogas no Brasil: Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), Craco Resiste, Centro de Convivência É de Lei, Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), Marcha das Mulheres Negra, entre outras.

Em 2018, com intuito de dar continuidade a pesquisa e a incidência política no âmbito da política de drogas, a equipe do PGD organizou o Projeto Caravana. A perspectiva foi direcionar o olhar para implementação dos serviços públicos de atenção às mulheres envolvidas de alguma forma com a questão de drogas. O projeto esteve junto a representantes de organizações sociais e de serviços públicos debatendo a implementação da política de drogas nas cidades de São Paulo, Rio de janeiro e Salvador sob o recorte de gênero e de justiça criminal.

Oficinas

A primeira oficina foi realizada em São Paulo, no SESC 24 de Maio, no centro da cidade. O evento intitulado "Roda de conversa - política de drogas, justiça criminal e gênero" aconteceu no dia 19 de abril. No dia, estavam presentes aproximadamente 20 pessoas, entre elas a equipe do ITTC e os representantes de órgãos gorvenamentais e não governamentais.

A segunda oficina realizada pelo PGD ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 31 de julho. O evento ocorreu no escritório da Open Society Foundations e reuniu cerca de doze trabalhadoras de diferentes instituições e localidades.

A terceira oficina do PGD foi realizada no dia 11 de setembro, na cidade de Salvador. O evento aconteceu na sede da orquestra Rumpilezz, no centro histórico de Salvador e contou com a participação de quinze pessoas.

Após a realização das oficinas, com a contribuição dos debates a equipe organizou material suficiente para propor novos debates e uma nova estratégia de abordagem da temática. Com intuito de entreter, estimular e engajar o debate público e profissional a respeito da situação da mulheres e a política de drogas, o resultado foi a proposta de produção de um jogo.

O desenvolvimento do jogo se voltará para a troca de informações, debate de experiências, fomento sobre práticas e oportunidades de atenção às questões de gênero no âmbito dos serviços relacionados às drogas e ao sistema de justiça criminal, de forma lúdica e interativa.

Outras atividades

Além do projeto Caravana, o PGD também participou de outras atividades. Destacamos o acompanhamento da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, com a participação no seminário "Drogas e Democracia: desafios em tempos de polarização" e atuação no GT Violência e Encarceramento.

Ao longo do ano, continuamos acompanhando diversos Fóruns Municipais de São Paulo, com participação no Fórum de Drogas e Direitos Humanos da Zona Norte e no Fórum pela Defesa da Vida.

No primeiro semestre de 2018, realizamos em parceria com a equipe do Programa Justiça Sem Muros (JSM) uma série de pedidos usando a Lei de Acesso à Informação com o objetivo de reunir dados sobre a política de drogas municipal de São Paulo. Esses dados foram compilados em tabelas e demonstram a transição do Programa de Braços Abertos para o Redenção.

Em 2018, também acompanhamos o GT de drogas da Rede de Justiça Criminal junto com o JSM. Em parceria com as outras equipes participamos da redação de manifestação como amicus curiae no HC 143.641 do STF, bem como participamos de uma roda de conversa sobre política de drogas no Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI).

Destacamos também a participação do PGD no Workshop promovido pela Open Society Foundation na Central European University, em Budapeste, bem como a participação no final de 2018 na Audiência Pública para Reforma da Lei de Drogas.

PROJETO ESTRANGEIRAS

O **Projeto Estrangeiras** é um projeto permanente do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania que, desde 2001, busca atender à missão de acompanhar social e juridicamente mulheres migrantes envolvidas com o sistema de justiça criminal, pautado em um Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto e a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

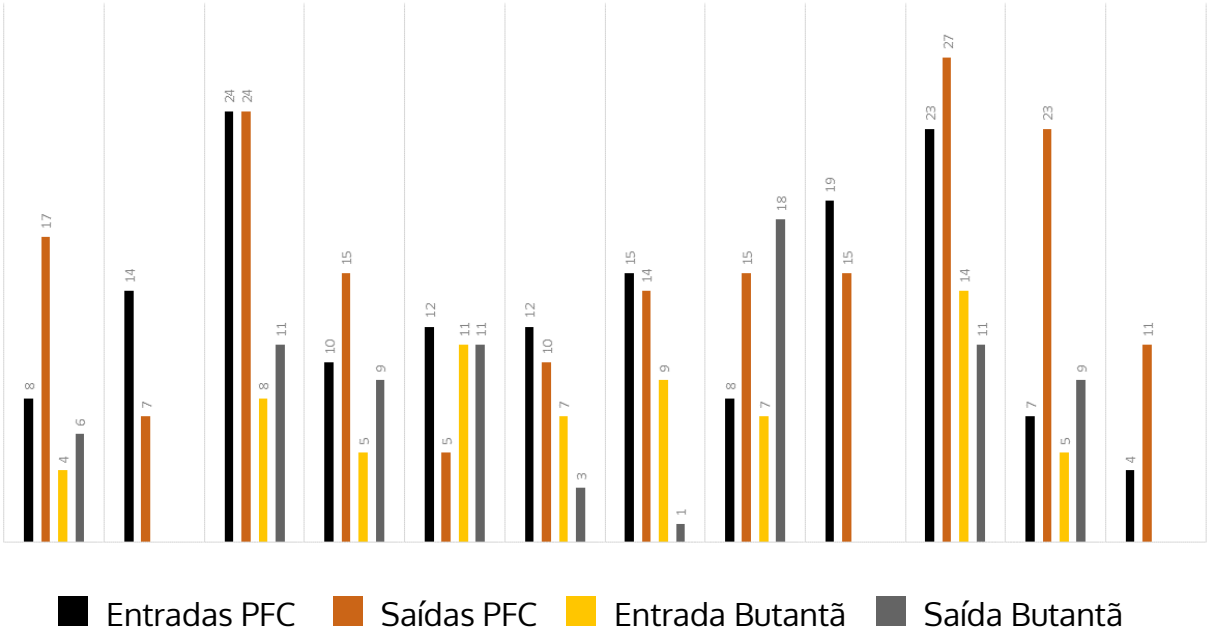
O trabalho está centrado no atendimento direto, partindo de questões reais para buscar soluções concretas e justas para os problemas experienciados pelas mulheres atendidas. Por meio do atendimento, alinhado a ações de educação em direitos e de diálogo público, o Projeto facilita o contato dessas mulheres com familiares, redes de apoio, representações diplomáticas e outros atores, fornecendo orientação legal com o objetivo de ampliar o seu acesso à justiça. Desde 2014, o Projeto vem sendo financiado pelo Instituto das Irmãs de Santa Cruz e apoiado por Termo de Cooperação junto à Defensoria Pública da União em São Paulo.

Atenção às mulheres atendidas

Atendimentos no sistema prisional

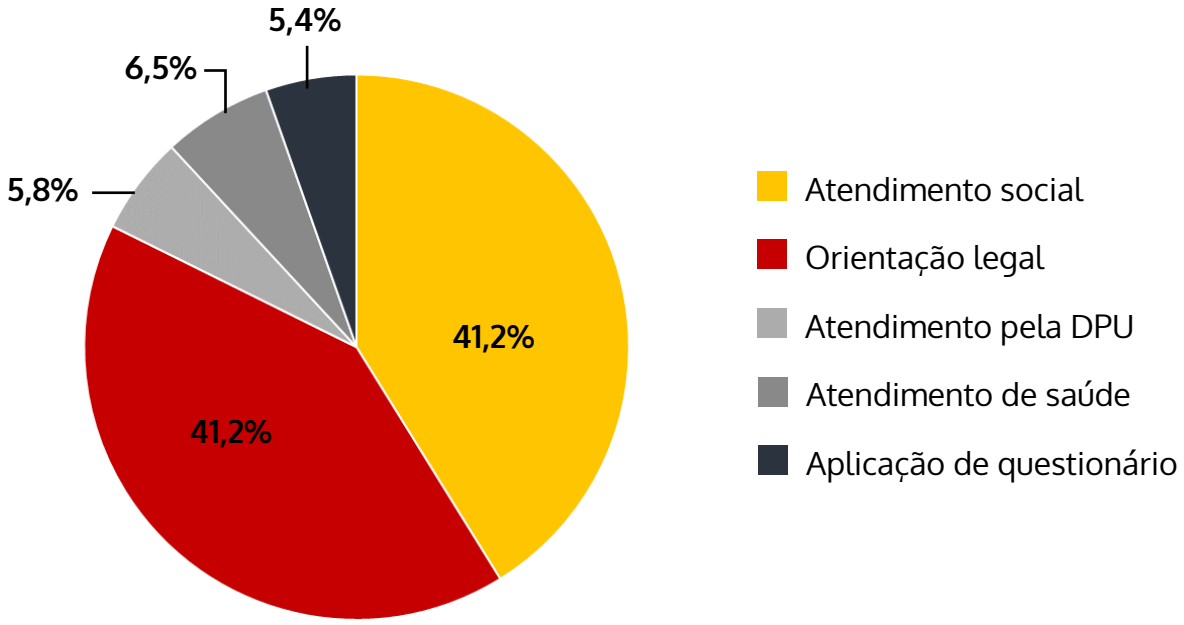
Entre janeiro e dezembro de 2018, o Projeto Estrangeiras realizou, ao todo, 1251 atendimentos a mulheres migrantes em privação de liberdade em 26 visitas à Penitenciária Feminina da Capital e 10 visitas ao Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã. Ao longo do período, 366 mulheres migrantes passaram por pelo menos um atendimento do Projeto. A média de atendimentos foi de 3,9, o que significa que a maior parte das mulheres acompanhadas foi atendida por pelo menos três vezes durante o ano.

ENTRADAS E SAÍDAS PFC E CPP BUTANTÃ EM 2018



Em 2018, no total, foram realizados 925 atendimentos de orientação social e 925 atendimentos de orientação legal, além de 145 atendimentos para acompanhamento de questões relacionadas à saúde, 121 atendimentos para aplicação de questionários e 130 atendimentos de orientação jurídica diretamente efetuados pela Defensoria Pública da União. A proporção entre os atendimentos se encontra ilustrada no gráfico a seguir.

ATENDIMENTOS POR TIPO EM 2018



Paralelamente aos atendimentos em si, o serviço de facilitação de troca de correspondências entre as mulheres acompanhadas e seus familiares e redes de apoio fora da prisão permanece enquanto uma das principais frentes de atuação do Projeto Estrangeiras dentro das penitenciárias. Semanalmente, é possível calcular uma média de 50 mulheres que enviam e recebem correspondências, muitas vezes para mais de um destinatário ou de mais de um remetente. Considerando este como único meio de contato que muitas delas têm com o mundo exterior, salienta-se a importância desta prática para a conservação de vínculos e, inclusive, a manutenção do exercício da maternidade e dos cuidados da família à distância e através dos muros da prisão.

BANCO DE DADOS
MULHERES MIGRANTES EM CONFLITO COM A LEI

Desde 2001, o Projeto Estrangeiras acumula informações a respeito do trabalho realizado com mulheres migrantes em privação de liberdade na cidade de São Paulo. Com o apoio da Sigrid Rausing Trust, em 2018 foi inaugurado o Banco de Dados do projeto, que responde às demandas de modernização sistematização das informações coletadas ao longo dos 17 anos de trabalho.

O sistema representa uma conquista importante do ITTC e do Projeto Estrangeiras, uma vez que por meio da sistematização e análise dos questionários aplicados entre os anos de 2004 a 2018, será possível identificar quais as principais características das mulheres migrantes em conflito com a lei atendidas ao longo dos anos, e também como essas características se alteraram ou não ao longo dos anos, além de identificar quais as similaridades e as especificidades das mulheres migrantes em relação às mulheres brasileiras em privação de liberdade.

Além disso, os questionários foram aplicados em unidades prisionais que concentram grande parte das mulheres migrantes em conflito com a lei, tornando nossa amostra bastante representativa. Isso permite que as informações coletadas e publicizadas sirvam de reflexão para compreender a realidade dessas mulheres não só na cidade ou no estado de São Paulo, mas também no Brasil como um todo, ainda que guardadas as devidas especificidades regionais.

No ano de 2018, a equipe do banco de dados concentrou suas atividades na alimentação do sistema, realizado a inserção dos questionários aplicados pela equipe ao longo dos anos. Além da inserção de questionários, também houve o trabalho de criar ou reorganizar categorias de perguntas abertas, a fim de abarcar a pluralidade de respostas da forma mais sistemática possível. Por fim, também foram extraídas informações prévias do banco, como as principais nacionalidades, ocupação, estado civil, etc.

No ano de 2018:

- 1.146 questionários foram inseridos no banco, sendo 89 relativos ao ano de 2018 e o restante aplicados nos anos anteriores;
- começaram a ser inseridos os atendimentos, que são os registros dos encontros da equipe com as mulheres, identificando suas demandas e fornecendo informações sobre o processo, contato com os familiares, etc;
- foram realizadas as primeiras extrações de informações do sistema.

O processo de inserção dos questionários foi acompanhado por leituras sobre temas como migração, gênero e encarceramento, a fim de aprimorar as análises a respeito do perfil e da trajetória dessas mulheres. A equipe também participou de algumas palestras para expor algumas das informações disponíveis.

PROJETO MIGRANTES EGRESSAS

O Projeto Migrantes Egressas (PME) deu início às suas atividades em março de 2017 a partir do apoio do Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos e será finalizado até o final do mês de março de 2019. O projeto tem como escopo o trabalho direto com mulheres migrantes em cumprimento de pena em liberdade e egressas do sistema prisional, a criação de uma metodologia de atendimento, assim como o mapeamento de redes e realização de diálogo público a partir do trabalho direto com as mulheres migrantes.

O Projeto surgiu a partir da experiência do ITTC no Projeto Estrangeiras, acumulada ao longo de 17 anos de atendimento direto com mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo. Com o PME, o ITTC passou a organizar tanto o atendimento direto quanto atividades de diálogo público e construções de redes voltadas às demandas e vivências das mulheres migrantes egressas.

Redes e parcerias

Sociedade civil

- Ação educativa | Participação no Grupo de Trabalho Educação nas prisões
- CEERT - Centro de Estudos da Relação de Trabalho e Desigualdades
- ONG Responsa
- CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Guarulhos
- Movimento pela Proteção Integral
- Migrações - Redes com entidades da sociedade civil
- Frente pelo Desencarceramento
- Cruz Vermelha - Filial de São Paulo

Institucional

- **Defensoria Pública da União (DPU)**

A parceria com a DPU foi mantida por meio do compartilhamento de quatro estagiárias e da articulação constante no acompanhamento de casos individuais e demandas coletivas.

- **Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)**

Destacamos a reaproximação com o Núcleo de Situação Carcerária, que passou a ter nova coordenação em 2018, por meio da realização de reunião, do acompanhamento de casos individuais e da revisão da "Cartilha de Direitos e Deveres de Presas/os Estrangeiras/os". Do mesmo modo, destaca-se a aproximação com o Centro de Atendimento Multidisciplinar da DPESP no Fórum Criminal da Barra Funda, importante para o compartilhamento de informações de casos individuais, e com o Núcleo de Diversidade (NUDDIR). O Projeto também participou de cine-debate sobre Maternidade na Prisão organizado pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher no Centro Cultural Banco do Brasil no mês de março.

- **Embaixadas e Consulados**

O ITTC manteve contato com Consulados e Embaixadas nesse ano de 2018, destacando-se as articulações com as Embaixadas dos Países Baixos; da Tailândia; das Filipinas, com a consolidação dos acompanhamentos de casos e compartilhamento de fluxos; e com o Consulado da África do Sul, na melhoria dos fluxos de atendimento a necessidades das mulheres sul-africanas atendidas (documentações específicas, liberação de passaportes, cartas para inclusão em processos, etc.).

Aproximações mais recentes foram com a Embaixada da Malásia e da Namíbia, que estiveram com o ITTC durante visita a São Paulo, e de alguns Consulados (como do Peru, da Polônia, do Canadá, de Cabo Verde, da Croácia, da Espanha e da França) para acompanhamento de casos individuais.

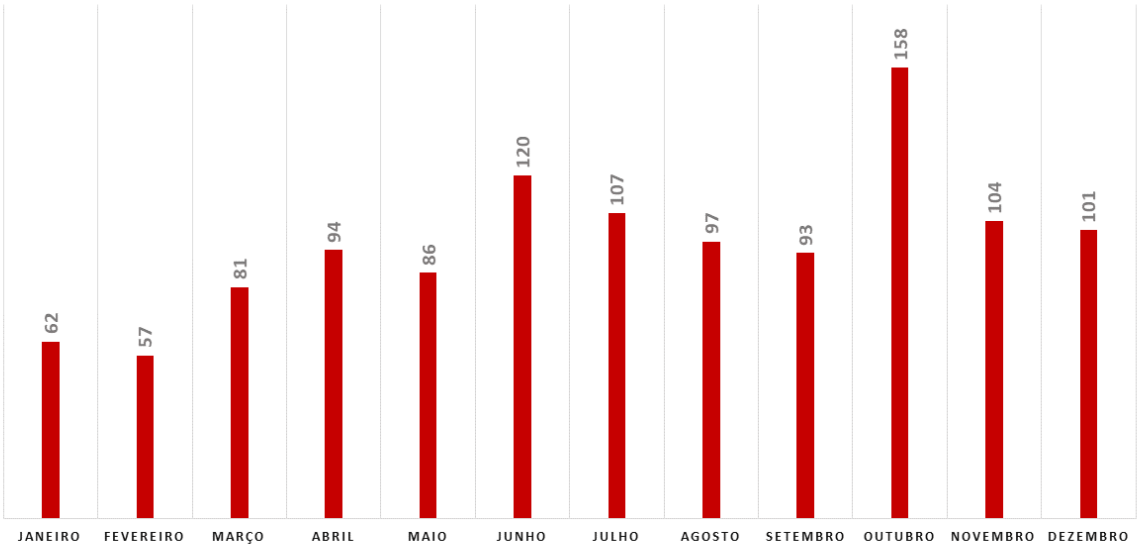
- **Reunião e Formação com Centro de Atenção ao Egresso e Família (CAEF).**
- **Escola superior de Magistratura | Curso sobre encarceramento, maternidade e mulheres estrangeiras presas.**
- **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

Atendimentos com mulheres egressas

De janeiro até dezembro de 2018 contabilizamos cerca de **1160 atendimentos às mulheres migrantes** realizados principalmente no escritório do ITTC, externos, e por meio das redes sociais (Facebook e Whatsapp do Projeto), e-mail e telefone.

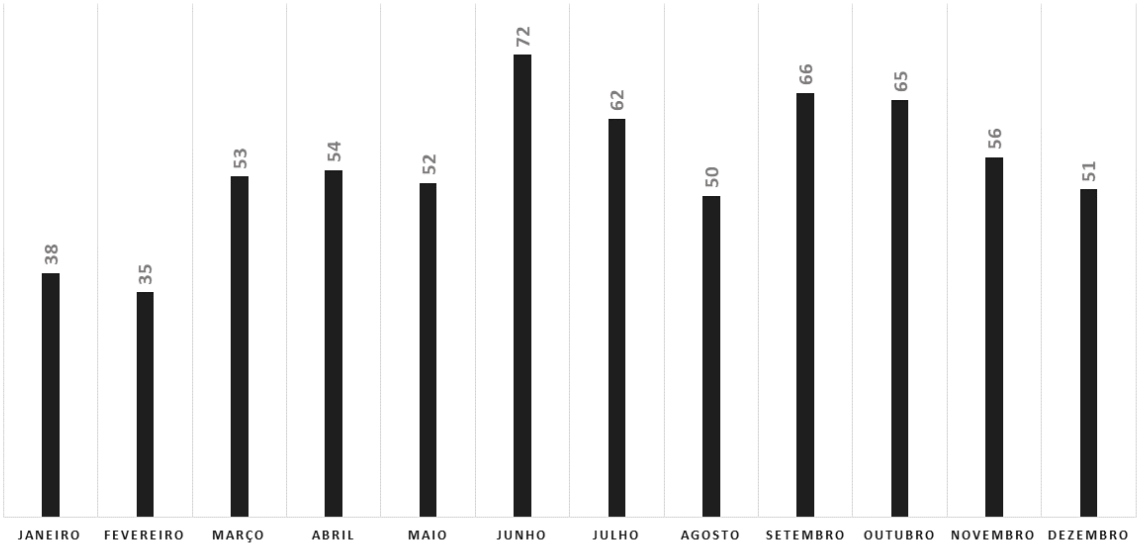
Ressalta-se que quanto aos atendimentos realizados no ITTC, estes ramificam-se em: **atendimentos individuais** e também **atendimentos em grupo** com representantes consulares, mulheres atendidas e equipe do ITTC. Em 2018, foram realizados 2 momentos de atendimento em grupo com a Embaixada das Filipinas e 1 com a Embaixada da Namíbia.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS MENSAIS EM 2018



No que se refere aos atendimentos externos pode-se dividi-los em: acompanhamento direto das mulheres para atendimento e resolução de demandas em órgãos públicos (fóruns, Polícia Federal, setor de Administração Penitenciária, Unidade Básica de Saúde)[1] e visitas a espaços de acolhimento em que estão residindo (neste sentido mencionam-se: Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI), Centro de Acolhida para Imigrantes (CRAI), Centro de Acolhida Especial Maria Maria, Centro de Acolhida Aparecida (C.A Aparecida) e Casa do Imigrante da Missão Scalabriniana).

NÚMERO DE MULHERES ATENDIDAS EM 2018

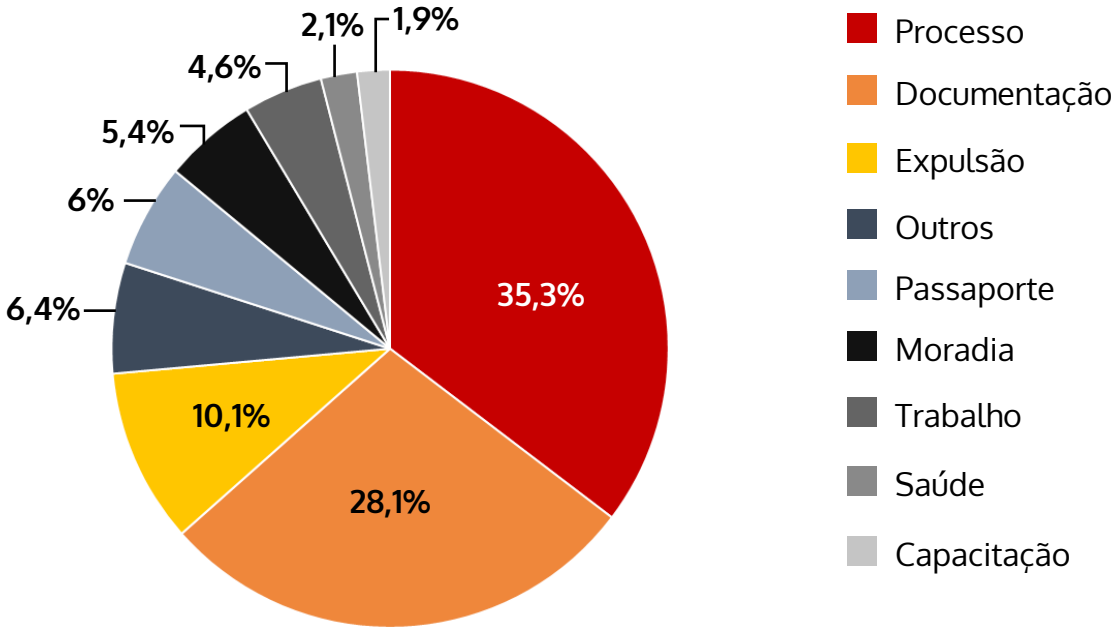


Estima-se que mensalmente uma média de 55 mulheres migrantes buscaram o ITTC como espaço de atendimento, acolhimento, resolução de demandas e dúvidas. O gráfico intitulado "Número de mulheres atendidas (2018)" reflete o número de mulheres egressas atendidas mensalmente pelo Projeto, de modo que podem também constar mesmas mulheres atendidas em meses diferentes.

As três principais demandas apresentadas durante os atendimentos e acompanhamentos com as mulheres em 2018, conforme ilustrado no gráfico abaixo, foram referentes a acesso a informações processuais (35.3%), acesso à documentação pessoal brasileira (28.1%) e dúvidas relacionadas ao procedimento de expulsão (10.1%). Ressalta-se que o indicador outros (6.4%) se trata de demandas diversas apresentadas durante os atendimentos, como por exemplo: orientação e agendamento para retirada de pecúlio na unidade prisional, informações a respeito de visitas a pessoas em situação de prisão e dentre outras.

[1] Em casos específicos como por exemplo de mulheres mães e gestantes, com maior dificuldade de domínio da língua, etc. o Projeto, em razão da metodologia de atendimento, acompanhou as mulheres migrantes em órgãos públicos, a fim de compreender como tem se dado seu acesso a direitos nestes espaços e o reconhecimento das especificidades por elas serem mulheres migrantes egressas do sistema prisional brasileiro.

ENTRADAS E SAÍDAS PFC E CPP BUTANTÃ EM 2018



Café com Mulheres Migrantes

Realizamos duas edições do "Café com Mulheres Migrantes" no ITTC. O primeiro no dia 16 de agosto de 2018 e, o segundo, no dia 13 de novembro de 2018. O objetivo destes encontros é o de propiciar um espaço coletivo de fortalecimento das relações e diálogo com e entre as mulheres atendidas pelo Projeto Migrantes Egressas, ou seja, para além do atendimento individual realizado no cotidiano.

Rodas de conversa no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã (CPP-Butantã)

O projeto de rodas de conversa com mulheres migrantes foi uma proposta de trabalho conjunto entre os Projetos Estrangeiras e Migrantes Egressas para levantar dúvidas e informar principalmente sobre o momento imediato de saída da unidade;

Dois encontros foram realizados em novembro e dezembro de 2018 e duas atividades foram programadas para 2019;

As rodas de conversa proporcionaram mais um momento de contato com as mulheres do CPP Butantã, diferenciado e complementar aos atendimentos individuais, possibilitando a coletivização de demandas e as orientações para solucioná-las.

ITTC

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania